



AO DOMINGO

A libertação de José Sócrates pode ter influência na campanha?



Clara Almeida Santos
Vice-reitora
da Universidade
de Coimbra

“Falar na “libertação” de José Sócrates é já a constatação de uma influência profunda do evento que literalmente entupiu os media na noite de sexta-feira – e o exercício jornalístico merecia todo um ensaio, mas adiante. O ex-primeiro ministro não foi libertado, apenas foi alterada a medida de coação aplicada. Continua preso, mas em casa. Esta alteração do status quo de Sócrates teve outra consequência imediata cujo efeito certamente se manterá algum tempo: a redução do tempo concedido ao debate político e à cobertura mediática do debate político. É verdade que ainda estamos em pré-campanha, mas esta parece ser algo que apenas nos tempos de antena se distingue da campanha (não noto mais nenhuma diferença, mas admito que existam, pelo menos em teoria). Assumamos, então, desde já, que a temporada de campanha está aberta e que passou a ser, desde sexta-feira à noite, aquele evento que todos tentam adivinhar em que grau será influenciado pela prisão domiciliária de José Sócrates”.



Elisa Ferreira
Eurodeputada
do PS

“Todo este processo relativo a José Sócrates foi gerido até agora com grande sabedoria por parte do PS, em particular por António Costa, mas também pela generalidade dos outros responsáveis políticos, com exceção de Paulo Rangel na Universidade de Verão do PSD, quando estabeleceu a possibilidade de interferência política nos processos judiciais. Esta nota dissonante vai ter de ser analisada com todo o cuidado, dado que Paulo Rangel é um alto quadro do PSD, mas penso que, neste momento, o clima geral, e que eu espero que se mantenha, é de respeito total pela separação entre o âmbito político e o âmbito da justiça. Quando o processo terminar teremos de ter condições para coletivamente tirar as devidas ilações e sancionar quem tiver de ser sancionado”.



Sebastião Foyo
Reitor da
Universidade do
Porto

“Eu gostaria de nem ouvir falar do assunto, deixando a justiça desenvolver o seu trabalho, sem pressões externas e de forma célere, algo de fundamental num Estado de direito. Nós temos a decisão de libertação que, em si, constitui simplesmente um passo do processo, temos a campanha e temos o que releva, a decisão dos eleitores no dia 4 de outubro. A influência da libertação na campanha ocorrerá na medida em que os envolvidos usem este passo para promover uma escalada de ligação do processo à política, em linha com o que temos assistido. Aí, contemos com a amplificação que os media entendam fazer ou com a exploração que interessados políticos indiretos consigam fazer através dos media. A influência na campanha está pois largamente nas mãos dos envolvidos. Relativamente à decisão de voto, penso que ela não irá estar associada de forma significativa a este processo. Os portugueses começam a habituar-se a este ‘circo’ dos processos mediáticos, cuja lista já é significativa”.